



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

ATA N.º 12

-----Aos 25 dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sala de sessões da Junta de Freguesia de Amareleja, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 11 referente à sessão ordinária de 26/06/2015;

----- Ponto 2: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;

----- Ponto 3: Protocolo de Cooperação entre a Adigranja – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Granja e a Freguesia de Amareleja;

----- Ponto 4: Diversos;

ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia**, António Branco Angelino, após verificar a existência de quórum deu início à sessão eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **PRESENCAS** -----

----- **Registaram-se as seguintes presenças:** António Branco Angelino, Agostinho de Jesus Oliveira Caro, José Carlos Lucas Batista, Nélia Sofia Moreira Marvão, Manuel Estevão Marques Martins, Carla Alexandra Ramos Dias, Maria da Conceição Pereira Antunes Batista, Mário Filipe Grosso Campaniço e Fábio José da Conceição Branco. -----

----- **AUSÊNCIAS** -----

----- Não houve ausências a registar. -----

----- **PRESENCA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA**-----

----- Estiveram presentes na sessão o Presidente do executivo António José Valadas Gonçalves, a tesoureira Florbela Fontes Bonito e o secretário Alfredo Manuel Frasquilho Guerra. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

PERIODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O senhor Presidente da Assembleia depois de verificar a existência de quórum e de ler a ordem de trabalhos passou a ler a correspondência recebida, dizendo que apenas tinham sido recebidos dois emails dos eleitos da bancada da CDU, que por serem do conhecimento destes não iria proceder à sua leitura.

Em seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a voz à população Perguntou se alguém se queria inscrever. Não houve intervenções da população.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 11 referente à sessão ordinária de 26/06/2015;

O senhor Presidente da Assembleia abriu a discussão relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à Ata n.º 11.

A senhora Maria da Conceição pediu a palavra começando por cumprimentar os presentes. Disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha referido, aquando da leitura da correspondência recebida, que havia dois emails enviados pelos eleitos da CDU que eram do conhecimento dos mesmos, disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha ocultado o seu conteúdo e que este era importante, pois influenciava o seguimento da ordem de trabalhos. Disse que os eleitos da CDU nos emails enviados propunham uma alteração da ordem de trabalhos, tendo em conta que a mesma não correspondia às aprovações que tinham sido feitas na Assembleia anterior, nomeadamente no que respeita à análise do Inventário que teria ficado decidido que a mesma seria colocada à discussão na presente sessão, e ainda no que respeita à aprovação da adenda à Ata n.º 5 referente à sessão de setembro de 2014, que também teria sido deliberado trazer a mesma para aprovação. Disse que os eleitos da CDU tinham enviado um email à cerca de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

quinze dias exatamente para chamar a atenção para a inclusão desses dois pontos na ordem de trabalhos. Disse que os eleitos da CDU entendiam não haver necessidade de alteração dos Editais relativos à convocatória, mas que o senhor Presidente poderia na presente Assembleia propor essa mesma alteração. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que era seu entendimento, que existindo um ponto diversos caberiam no mesmo esses dois pontos, referindo-se à discussão do Inventário e à ratificação da adenda à Ata n.º 5. ----

----- A senhora Maria da Conceição respondeu dizendo que não era isso que constava na Ata de junho, disse que em primeiro lugar não tinha havido qualquer análise do Inventário, pois logo antes de se começar a falar do mesmo tinha sido decidido consensualmente que esse ponto passaria para a Assembleia seguinte. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que na anterior Assembleia tinham aberto o ponto relativo à questão do Inventário e que depois disso tinha sido entendimento de todos que poderia e deveria constar então na ordem de trabalhos da Assembleia seguinte. Disse que era entendimento da mesa que o ponto iria constar no ponto diversos da presente sessão, assim como também iria constar nesse mesmo ponto a questão da adenda à Ata n.º 5. Seguidamente perguntou se alguém se queria inscrever relativamente à discussão da Ata n.º 11. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que relativamente à Ata n.º 11, os eleitos da CDU tinham um reparo a fazer. Disse que o ponto em causa tinha sido bastante complexo e que provavelmente terá sido por isso que houve alguma baralhação na audição. Referindo-se em seguida ao último parágrafo da página número quatro da referida Ata, disse que onde dizia *“os eleitos da CDU podiam depreender das afirmações feitas pelo senhor Presidente da Assembleia era que, sendo o mesmo trabalhador da CP teria uma boa relação com aquele grupo parlamentar”*, esta transcrição não estaria correta, pois não tinha sido isso que teria sido dito. Disse que o que teria sido dito, era que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

sendo o mesmo trabalhador da CP teria uma boa relação com a comissão de trabalhadores dessa empresa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que relativamente a esta questão era verdade que também teria uma boa relação com a Comissão de Trabalhadores da CP, mas que o que teria sido dito seria o que constava em Ata. Disse que se os eleitos da bancada da CDU achassem que havia retificações a fazer no que respeita ao parágrafo assinalado, deveriam fazê-lo através da apresentação de um requerimento à mesa solicitando uma audição da gravação da respetiva Ata, propondo várias datas para que se possa agendar essa audição. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU gostariam que ficasse bem registado em Ata que a Ata n.º 11 estaria errada, disse que não se tratava de uma questão de interpretação, mas de erro, pois o que os eleitos da CDU pretendiam dizer era uma coisa diferente daquilo que estava registado em Ata. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia voltou a dizer que deveria ser entregue requerimento à mesa para efeitos de autorização da audição da gravação, dizendo que se após a audição de verificar que existem essas discrepâncias relativamente às afirmações feitas pelos eleitos da CDU se farão as respetivas correções. Perguntou em seguida se havia mais questões relativamente à Ata n.º 11. -----

----- A senhora Maria da Conceição, referindo-se à página nove da Ata n.º 11 disse, referindo-se à frase “*O Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Junta de Freguesia foi apreciado e deliberado ...*”, que o Inventário não tinha sido apreciado e que tinha sido sim, deliberado remeter o mesmo para uma apreciação mais profunda na Assembleia de Freguesia seguinte. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que o Inventário tinha sido apreciado inicialmente e que entretanto se tinha verificado que a apreciação não se poderia concluir pois o documento era muito extenso, tendo sido



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

deliberado depois dessa apreciação que iria o mesmo passar para a Assembleia seguinte para ser feita a sua discussão. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU queriam pedir a audição da gravação para perceber exatamente o que é que constava na mesma relativamente a este ponto, referindo-se concretamente à apreciação do Inventário. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia voltou a dizer que seria necessário os eleitos da CDU apresentarem o requerimento à mesa para que a mesma se pudesse pronunciar. -----

----- Foi entregue pelos eleitos da bancada da CDU um requerimento à mesa **(Doc.1)**, para audição da gravação da sessão da Assembleia de Freguesia de Junho de 2015, por considerarem os mesmos que a Ata n.º 11 contém transcrições erradas que alteram substancialmente as suas declarações nomeadamente nas páginas 4, 5 e 9 da referida Ata. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia leu o requerimento, pediu à bancada da CDU que faça chegar uma proposta com três datas para audição do mesmo e disse que a audição também iria ser acompanhada por um dos membros da bancada dos independentes. -----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO POR UNANIMIDADE AUTORIZAR A AUDIÇÃO DA REFERIDA GRAVAÇÃO SOB PROPOSTA DE TRÊS DATAS DA BANCADA DA CDU E QUE A REFERIDA AUDIÇÃO CONTARÁ TAMBÉM COM A PRESENÇA DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA LISTA INDEPENDENTE E REMETER A VOTAÇÃO DA ATA N.º 11 PARA A PRÓXIMA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA.** -----

----- Foi entregue à mesa, pelos eleitos da bancada da CDU uma proposta **(Doc.2)**, para alteração da ordem de trabalhos que englobe os pontos referentes à apreciação do Inventário e a Adenda/ correção à Ata n.º 5 referente à sessão de 27 de setembro de 2014. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que esta proposta não iria entrar neste ponto e remeteu a mesma para o ponto diversos, dizendo que a mesma não fazia parte da ordem de trabalhos que se estava a seguir. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU estavam a fazer uma proposta para alteração da ordem trabalhos dizendo que não faria sentido discutir uma proposta com este conteúdo no ponto diversos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia leu em seguida a proposta apresentada, disse que conforme tinha referido no início, a mesa considerava que, as propostas dos eleitos da CDU eram pertinentes e iriam ser analisadas no ponto diversos. Disse que de acordo com a proposta agora apresentada, vinham os eleitos da CDU propor que sejam incluídos na ordem de trabalhos pontos distintos para cada uma destas temáticas, disse que não era essa a posição da mesa, mas que de qualquer forma se os eleitos da CDU assim o entendessem poderia colocar à votação a proposta. Disse ainda que esta proposta deveria ter entrado como requerimento, pois o requerimento é que vai diretamente à votação e que entrando como proposta esta poderia ser rejeitada. Disse que ia considerar o documento como um requerimento e não como proposta, disse que não era essa a posição da mesa, mas que mesmo assim iria colocar à votação a pretensão dos eleitos da CDU. A proposta dos eleitos da CDU foi colocada à votação. -----

----- Votos a favor – 4; Votos contra – 5; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR MAIORIA REJEITAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS APRESENTADA PELOS ELEITOS DA BANCADA DA CDU, TENDO SIDO DELIBERADO FAZER A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E A VOTAÇÃO DA ADENDA À ATA N.º 5 NO PONTO DIVERSOS.** -----

----- De registar que os votos contra foram dos eleitos da bancada da lista Independente. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- **Ponto 2: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;**

----- O senhor Presidente da Assembleia abriu a discussão relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, perguntou se todos os membros tinham recebido a documentação com a apreciação escrita do Presidente da Junta bem como os documentos respeitantes à informação financeira (**Doc. 3**) e perguntou se alguém se queria pronunciar relativamente este assunto. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que sobre as contas os eleitos da CDU gostariam de colocar algumas questões. Disse, relativamente ao relatório de gestão do Presidente do Executivo, que os eleitos da CDU continuavam com a mesma apreciação, disse que o documento apresentado não era um relatório de gestão mas sim um descritivo de tarefas que o Presidente teria desenvolvido entre uma Assembleia e outra, disse que continuava a não ser apresentado o Relatório de Gestão, apesar de na última Assembleia o senhor Presidente do Executivo ter referido que iria melhorar esse relatório. Disse, relativamente às receitas, que havia alguns reparos que os eleitos da CDU gostariam de fazer, e simultaneamente colocar algumas interrogações. Disse que em primeiro lugar gostaria de referir que nas receitas de capital continuam a aparecer os 40.000,00 € disponibilizados pela Câmara, para a demolição da fachada da Fábrica Mercedes e que esta intervenção continuava por realizar, dizendo que há cinco anos que esta verba aparecia sempre orçamentada e sempre sem um tostão de realização. Disse que os eleitos da CDU gostariam de sugerir que, para uma boa leitura das contas e para melhorar a boa execução do orçamento, e uma vez que a intenção do senhor Presidente é de não derrubar nada, que se retire esta verba e se corrija este valor no orçamento inicial. -----

----- O senhor Presidente do Executivo pediu à senhora Maria da Conceição para esclarecer se a palavra que terá utilizado foi “derrubar”, dizendo que não teria ouvido bem. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Maria da Conceição confirmou. Disse em seguida que relativamente ao saldo de gerência apresentado, o que se verificava era que de fato o saldo de gerência atual era superior ao apresentado no mês de junho, mas que isso não era de admirar pois a Junta de freguesia tinha entretanto recebido a verba referente ao arrendamento do terreno a que ainda se continuava a chamar antigo Aeródromo e que estava alugado à fotovoltaica, disse que essa renda era paga anualmente em finais de julho, princípios de Agosto de acordo com os contratos. Disse que não tinha havido pagamento de dívidas, pois continuava a haver dívidas por pagar. Disse que ficava a interrogação se já teriam sido pagas ou se estavam por cativar as decisões do executivo sobre os subsídios que foram aprovados em sede de reunião do mesmo para dar quer à comissão de festas, quer às danças de carnaval. Disse que gostaria de deixar esta interrogação, pois poderiam ter sido feitos os pagamentos e não estarem ainda refletidos nas contas. Disse que se houve essa decisão e o pagamento ainda não tivesse sido feito isso significaria que não teria sido cativada a verba. Disse que no que respeita às receitas relativas a rendas de edifícios, não tinham encontrado de forma clara em que rubricas é que terão entrado as receitas provenientes do uso da Casa do Tronco. Perguntou em seguida o que eram as receitas provenientes das Atividades de Saúde. Relativamente às despesas disse que os eleitos da CDU gostariam de ser esclarecidos relativamente à página dois do documento, que encargos de instalações é que estariam aí englobados. Disse que relativamente à verba do Associativismo os eleitos da CDU gostariam de ter uma relação discriminada para perceber quais são as Associações que estão abrangidas pelos valores apresentados. Disse que os eleitos da CDU gostariam de mostrar o seu desagrado por não verem nenhum valor pago ao lar, apesar de lhe terem sido atribuídas isenções de pagamentos de deslocações, disse que ainda não tinha sido pago qualquer subsídio. Relativamente à Creche, disse que a continuar assim este seria o terceiro ano que não lhe era atribuído qualquer apoio, disse que os eleitos da CDU lamentavam profundamente esse fato, dizendo que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

parecia que se estava a ignorar as gerações futuras da Amareleja. Disse que aparecem 500,00 € orçamentados, disse que esse valor já era pouco, mas que nem esse pouco era pago. Disse que havia uma rubrica de remunerações “a pessoal em qualquer outra situação” que também gostariam de saber do que se trata. -----

----- O senhor Presidente do Executivo pediu a palavra começando por cumprimentar todos os presentes e lamentando o facto de estarem poucas pessoas a assistir à Assembleia, dizendo que gostaria que estivessem mais pessoas. Respondendo às questões levantadas disse que tinha ido tirando algumas notas e que iria tentar responder a todas as questões. Em relação às contas e ao facto de a senhora Maria da Conceição ter dito que o relatório do Presidente não era um relatório de gestão, disse que o documento enviado não bem um relatório, mas na verdade um resumo daquilo que se passava. Disse que a Junta tinha uma auditoria interna, referindo-se aos serviços prestador pela Cityhall e dizendo que era uma empresa a quem a Junta pagava para se deslocar à Junta. Disse que sempre antes das contas virem à Assembleia eram verificadas pelo consultor dessa empresa e que, não querendo por em causa o trabalho das outras Junta de Freguesia, tinha quase a certeza que a Junta de Amareleja era das Juntas que melhor geria a parte administrativa, dizendo que afirmava isso com algum conhecimento de causa pois em conversas tidas com outros colegas seus Presidentes de Junta lhe era transmitido que algumas Juntas nem administrativos tinham e dizendo que nesse aspeto a Amareleja nesse aspeto era espetacular. Disse que já por diversas vezes tem dito que não é economista e que nem tem que o ser, disse que eventualmente poderá acontecer que às vezes não consiga explicar bem o que quer explicar, mas que o relatório de consultoria enviado aos membros era muito claro, disse que a senhora Maria da Conceição que será dessa área se lesse bem esse relatório conseguiria tirar todas as dúvidas que colocou dizendo mais uma vez que nesse relatório estava tudo muito bem explicado. Falou na questão levantada pela senhora Maria da Conceição relativa dos 40.000,00 € inscrito nas receitas



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

de capital e no fato de a mesma ter dito que há cinco anos que essa receita vem inscrita no orçamento. Disse que essa receita aparecia inscrita no orçamento porque a Junta não podia escondê-la, disse que não havia cinco anos pois quando esta Junta tomou posse já esta verba aparecia no orçamento e já tinha sido aprovada na Assembleia Municipal, disse que essa receita aparecia inscrita porque era uma receita previsível. Relativamente ao fato de ter sido dito que não havia execução dessa receita, disse que essa seria uma discussão muito mais longa, que já tinha explicado o que se passava mas que iria mais uma vez dizer porque é que isso acontecia. Disse que havia uma intenção clara da Junta de Freguesia de manter a fachada da Fábrica Mercedes, dizendo que isso se devia a fatores históricos. Disse que havia um entendimento diferente por parte da Câmara, disse que no entanto já tinha sido derrubada uma parte importante da Fábrica, ainda que desses 40.000,00 € não tivesse entrado um centavo que fosse nas contas da Junta. Disse que a Junta estava inteiramente disponível para falar com a Câmara sobre essa questão, disse que tinha na sua posse documentação desse dossier e que estava à vontade para esclarecer todas as dúvidas relativamente a esta matéria. Disse que a última correspondência trocada com a Câmara em relação à Fábrica foi exatamente no sentido de propor uma reunião para se resolver este problema, mas que na sua opinião a Câmara não estaria interessada em resolvê-lo, acrescentando que provavelmente ninguém da CDU estaria interessado em fazê-lo. Disse que de qualquer forma a Junta estava aberta a reunir e a resolver esta questão sobre o derrubar ou não a fachada e a demolição da própria Fábrica. Relativamente à afirmação da senhora Maria da Conceição que teria dito que não houve pagamento de dívidas, disse que não era verdade e que tinha inclusive tido o cuidado de verificar isso com a funcionária e que atualmente estava praticamente tudo pago. Disse que o que havia eram requisições de compromissos assumidos de despesas que ainda nem tinham sido faturadas e algumas faturas de agosto no valor de cerca de 6.000,00 € que a Junta não teria pago apenas por uma questão administrativa pois tinha



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

saldo de tesouraria para o fazer. Disse que a situação financeira da Junta era muito boa, e que contra a vontade dos eleitos da CDU as coisas estavam muito bem encaminhadas, apesar do garrote que a Câmara quer impor. Em relação aos subsídios das Danças de Carnaval e ao apoio à Comissão de Festas disse que tinha sido pago e estava nas contas. Disse que o apoio dado à Comissão de Festas tinha sido de 2.500,00 €. Relativamente à receita da renda da Casa do Tronco, disse que o IEFP ainda não tinha pago o valor respeitante à cedência das instalações e solicitou à funcionária que explicasse esse ponto. –

----- A funcionária Cidália disse que a rubrica estava na página quatro do mapa de controlo orçamental da receita, tratava-se da rubrica outras e que como se podia verificar estava um valor por pagar, uma vez que já tinham sido emitidas e enviadas as Guias de Recebimento para o IEFP e ainda não tinham sido pagas. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que considerava que essas dúvidas já estariam esclarecidas. No que respeita ao Associativismo disse que certamente também estariam laçadas todas as isenções de transportes concedidas às Associações, esclareceu em seguida que esses valores não estariam refletidos nas contas mas estavam nas Atas do executivo enviadas aos membros da Assembleia. Disse que relativamente ao Associativismo a atitude da junta era a de apoiar com pessoal, com isenções de transportes e outros apoios. Disse, em relação à questão levantada relativamente aos apoios dados à Creche e ao Lar que o Lar não tinha recebido até a data nenhum apoio em dinheiro, mas que tinha recebido apoios logísticos, como aliás a Junta também tinha dado à creche, disse que sempre que é solicitado a Junta estava inteiramente disponível para apoiar todas as associações. Relativamente à questão levantada sobre a rubrica da despesa relativa a remunerações de pessoal em qualquer outra situação esclareceu com a funcionária que se trataria da rubrica relativa ao pagamento de subsídio de refeição dos trabalhadores requisitados ao IEFP através dos contratos emprego inserção. ---



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão a colocar. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que gostaria de fazer algumas correções aquilo que o senhor Presidente do Executivo respondeu, dizendo que provavelmente foram mal interpretadas as questões que colocou. Disse que o Relatório de Gestão era um documento obrigatório por Lei, referindo em seguida a Lei 75 de 2013, e dizendo que esta era muito clara em relação à obrigatoriedade de apresentação deste relatório. Disse que o Relatório de Gestão não era uma listagem daquilo que o senhor Presidente do Executivo fez pessoalmente, disse que era um relatório que deveria apresentar a fundamentação dos gráficos apresentados pela consultoria, disse que essa fundamentação deveria ser feita pelo senhor Presidente do Executivo explicando porque é que se gastou mais numa coisa e não noutras. Disse que o Relatório de Gestão era um documento onde deveriam ser apresentadas aquilo que foram as facilidades ou dificuldades na gestão e aquilo que é a estratégia do executivo, disse que o relatório não poderia ser apenas uma apresentação de gráficos e que essas explicações não poderiam ser feitas pelo consultor pois o executivo é que sabia o que é que esteve por trás das decisões que foram tomadas. Disse que tinha ficado com uma dúvida em relação à afirmação feita pelo senhor Presidente do Executivo quando o mesmo disse que já tinham sido feitas despesas na Fábrica Mercedes sem que tenha recebido um cêntimo da câmara, disse que os eleitos da CDU gostariam de saber porque é que a Junta ainda não recebeu um cêntimo da Câmara, disse que se havia uma verba disponível e um acordo para pagar essas despesas e se já havia faturas relativamente a essas despesas não percebiam porque é que ainda não tinham sido participadas. Perguntou se as faturas relativamente a essas despesas já tinham sido enviadas à Câmara e estavam em dívida, ou se pura e simplesmente ainda não tinham sido enviadas. Relativamente às dívidas que referiu e que o senhor Presidente disse não existirem, lembrou que as contas que foram recebidas pelos membros da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Assembleia reportam-se ao dia quinze de setembro e que nessa altura a Junta tinha entre compromissos e faturas cerca de 8.000,00 € de dívidas, quando aos valores atuais disse que não tinham recebido esses dados e que por isso não se podiam pronunciar sobre os mesmos. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que gostaria de fazer uma apreciação sobre a questão da Fábrica Mercedes, dizendo que gostaria que o senhor Presidente a corrigisse acaso estivesse enganada quanto à mesma. Disse na sua opinião aquilo que terá acontecido e tal como foi dito pelo senhor Presidente numa Assembleia anterior, a obra terá sido feita “da noite para o dia por obra do espírito santo”, disse que se foi isso que aconteceu era normal que não existisse faturas e que se não existissem faturas essas não poderiam ter sido enviadas à Câmara, logo a Câmara não poderiam fazer quaisquer pagamentos. Relativamente à manutenção da fachada perguntou porque é que a Junta não realiza a obra e apresenta as faturas à Câmara, dizendo que se essa verba está disponível com certeza que as mesmas serão pagas. -----

----- O senhor Presidente do Executivo, respondendo à senhora Maria da Conceição e ainda no que respeita ao Relatório de Gestão e ao fato de a mesma ter dito que esse documento deve conter as explicações do que se gastou e porque é que se gastou as verbas aqui ou ali, disse que estava na Assembleia exatamente para responder a todas essas questões, dizendo que estava inteiramente disponível para responder sobre quaisquer matérias, disse que na consultoria que era feita pela Cityhall estava tudo muito bem explicado e que era só uma questão de se querer entender. Relativamente à questão colocada sobre a Fábrica Mercedes em que foi perguntado porque é que a Câmara não pagou as faturas, disse que se não sabem poderiam perguntar ao senhor Presidente da Câmara ou às pessoas do partido. Respondendo à senhora Nélia Marvão, disse que os trabalhos realizados na Fábrica não tinham sido feitos “por milagre ou magia” disse que não tinham sido feitos à noite e sim durante o dia, disse que tinha sido tudo feito de forma muito clara e que as faturas existiam e estavam pagas. Disse que estava à vista a parte que tinha



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

sido derrubada, dizendo que tinha fotografias do que existia e do que existe atualmente. Disse que para quem conhecia o espaço era fácil perceber, disse que ninguém dava borlas a ninguém pois estavam todos com dificuldades. Disse que todo o trabalho que lá foi executado estava pago e estava tudo nas contas. Disse que a única questão que se coloca neste processo da Fábrica era esperar que os senhores da Câmara queiram falar aberta e claramente com a Junta para se chegar a um acordo. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU deduziam, pelas declarações feitas pelo senhor Presidente do Executivo, que o mesmo ainda não teria percebido o que é um Relatório de Gestão, aconselhando em seguida para que fale com os consultores para que estes expliquem o que é esse relatório e dizendo que essas explicações não cabem aos membros da CDU eleitos na Assembleia. Disse que por outro lado gostariam de fazer um reparo e disse que os eleitos da CDU não aceitavam que o senhor Presidente do Executivo diga que “se têm dúvidas deve ir perguntar ao senhor Presidente da Câmara ou ao partido”. Disse que em primeiro lugar não eram eleitos na Câmara e que em segundo lugar não vinham para a Assembleia, como já o tinham feito outros intervenientes, “puxar galões” de partido algum, dizendo que ainda para mais nem sabem de que partido era ou até se pertencia a algum partido, disse que não tinham que prestar contas disso a ninguém, nem isso era assunto para trazer para a Assembleia. Disse que o senhor Presidente do Executivo com estas intervenções estava a perder tempo e ao mesmo tempo a baralhar e a confundir as pessoas, sobretudo as que estão na assistência. Disse que os eleitos da CDU questionavam o Executivo da Junta pois era na Assembleia de Freguesia que estavam eleitos e era o Executivo da Junta que cabia responder a todas essas questões. Perguntou mais uma vez se a Junta já tinha enviado algumas faturas dos trabalhos da Fábrica à Câmara, dizendo que gostaria apenas de saber se sim ou se não. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse havia faturas na Câmara desde 2012 que ainda não tinham sido pagas. No que respeita à questão da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Fábrica disse que já tinha explicado. Relativamente ao partido disse que não queria saber qual era o partido da senhora Maria da Conceição mas que pelo que sabia a senhora estaria eleita na Assembleia de Freguesia pela CDU e supunha que seria do PCP ou do partido dos verdes ou até independente, dizendo que isso não lhe importava rigorosamente nada. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia lembrou que o que se estava a discutir era a informação do Presidente do Executivo sobre a atividade da Junta e da sua situação financeira pedindo aos eleitos para não fugirem ao tema. -----

----- A senhora Maria da Conceição, ainda sobre as contas e para finalizar, tendo em conta a análise feita pelos eleitos da CDU em conjunto com aquilo que são os investimentos, disse que se essas contas tivessem que ser sujeitas a votação votariam contra. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que a posição dos eleitos da CDU ficava registada. Perguntou se mais alguém queria intervir no ponto número dois. -----

----- Não havendo mais intervenções foi apreciada a informação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira. -----

----- **Ponto 3: Protocolo de Cooperação entre a Adigranja – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Granja e a Freguesia de Amareleja;**

----- O senhor Presidente da Assembleia abriu a discussão relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos. Perguntou se todos tinham recebido a cópia da proposta de protocolo (**Doc. 4**) e perguntou se alguém tinha alguma dúvida em relação à mesma. -----

----- A senhora Nélia Marvão perguntou se este documento era para ser votado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que sim, dizendo que conforme decorria da Lei era essa uma das competências da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Nélia Marvão disse que o documento que tinha sido entregue estaria incompleto, dizendo que havia dados da Junta de Freguesia e do seu representante que não constavam. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que isso era de lei, disse que o que se estava a aprovar era uma minuta e o que interessava neste caso era o corpo do documento. Disse que toda a gente sabia onde ficava a Junta de Freguesia e que quem a representava era o seu Presidente, disse que isso eram questões básicas e que quem estava na Assembleia de Freguesia devia ter a preparação devida para que se possa candidatar e saber o que vem fazer para a Assembleia, dizendo que isso era o “Bê A Bá” das coisas. Disse que o que interessava para a discussão era o corpo do texto e perguntou se havia alguma dúvida em relação ao mesmo. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que, já que se estava a falar de protocolos gostaria de colocar uma questão sobre o Protocolo que se aprovou na anterior Assembleia com a União de Freguesias de Moura. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que poderia colocar essa questão mais à frente, no ponto diversos. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o Protocolo estava incompleto. Disse que toda a gente sabia onde era a sede da Junta de Freguesia, mas que a representação da mesma não se sabia qual era. Disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha acabado de dizer que já se sabia à partida que o representante da Junta era o Presidente do Executivo, mas isso não era assim tão linear pois os eleitos da CDU sabiam que o senhor Presidente da Assembleia já tinha representado a Junta em alguns atos.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que isso era feito com procuração e informou que quem representava a Junta de Freguesia em juízo e fora dele, era o Presidente do Executivo dizendo que isso estava tudo na Lei. Acrescentou que assim sendo, neste caso do protocolo, o segundo outorgante terá que ser sempre representado pelo senhor Presidente do Executivo ou quem o substituir na altura. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a proposta de Protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de Moura e Santo Amador e a Freguesia de Amareleja.-----

----- Votos a favor – 5; Votos contra – 0; Abstenções – 4. -----

----- DELIBERADO, POR MAIORIA AUTORIZAR O EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA A CELEBRAR O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADIGRANJA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA GRANJA E A FREGUESIA DE AMARELEJA.-----

----- A senhora Maria da Conceição informou que os eleitos da CDU gostariam de fazer uma declaração de voto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que apenas poderiam apresentar declaração de voto se tivessem votado contra, disse que em caso de abstenção não poderia ser feita declaração de voto. -----

----- **Ponto 4: Diversos;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém queria intervir. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que gostaria de colocar uma questão sobre o Protocolo que se aprovou na anterior Assembleia com a União de Freguesias de Moura. Disse que na altura da votação desse Protocolo, e tendo em conta que o mesmo estaria incompleto, foi dito que assim que se obtivessem os dados em falta seria enviado o documento definitivo aos membros da Assembleia, disse que até a data ainda não tinham recebido o documento, perguntou porquê. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que poderia estar em inconsonância com os eleitos da CDU, mas que se recordava que o que tinha sido autorizado nessa Assembleia, relativamente à proposta de Protocolo com a União de Freguesias de Moura era que havia que definir as datas. Disse que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

o que tinha sido autorizado pela Assembleia era que relativamente às datas seriam as partes a definir as mesmas, sem que fosse necessário o documento vir novamente à Assembleia para ratificar esses dados, dizendo que na Assembleia foi ratificado o corpo do texto. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra e disse que relativamente ao Protocolo com a União de Freguesias de Moura, não foi decidido que o mesmo tivesse que vir novamente à Assembleia para ratificação mas sim que depois de assinado e preenchidos os dados em falta fosse enviada uma cópia do documento final aos membros da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu à funcionária para confirmar essa informação na Ata da Assembleia, foi confirmada essa informação. O senhor Presidente disse que assim que o documento definitivo estivesse disponível seria enviada cópia aos membros da Assembleia. -----

----- O senhor Agostinho Caro pediu a palavra cumprimentou os presentes e perguntou como é que estava a situação dos trabalhadores relativamente ao horário das 35 horas semanais. Perguntou ainda se o seguro do Parque Infantil do Baldio das Ferrarias já tinha sido feito. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que relativamente ao horário das 35 horas semanais ainda não tinha havido nenhuma alteração à lei. Disse que todos na Assembleia estavam de acordo com a implementação das 35 horas semanais, mas que se aguardava pela alteração da lei, dizendo que inclusivamente os sindicatos ainda não tinham conseguido resolver essa questão. -----

----- O senhor Agostinho Caro disse que depreendia das declarações do senhor Presidente do Executivo que assim sendo a Junta de Freguesia de Amareleja não aplicava as 35 horas, perguntou se essa constatação seria correta. -----

----- O senhor Presidente do Executivo confirmou dizendo que atualmente ainda não se aplicava o horário das 35 horas semanais na Junta de Freguesia.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Nélia Marvão disse que havia freguesias que já aplicavam esse horário. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que esta era uma questão que já tinha sido discutida na Assembleia, disse que não era isso que dizia a Lei e que as entidades que estavam a aplicar as 35 horas semanais estariam a aplicar o horário contra a Lei. Relativamente ao seguro disse que assumia a responsabilidade de ainda não se ter tratado, disse que iria ser pedido quanto antes solicitando à funcionária para que o recorde deste assunto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais questões a colocar no ponto diversos e lembrou que neste ponto entraria a apreciação do Inventário e a ratificação da adenda à Ata n.º 5. Não havendo mais questões disse que talvez se pudesse avançar já com a apreciação do Inventário. -----

----- A senhora Maria da Conceição relativamente ao Inventário começou por dizer que os eleitos da CDU propuseram um ponto próprio para se fazer a apreciação do mesmo pois na sua opinião o Inventário não era uma coisa para “atirar para um saco onde se despejam um montão de outras coisa”. Disse que de fato este era um documento obrigatório, disse que na Assembleia de Junho e desde que tomaram posse que os eleitos da CDU dizendo isso. Disse que o Inventário não era feito desde 2009, dizendo que o ultimo documento tinha sido apresentado em 2010. Disse que por este fato ainda se justificava mais que fosse feita uma análise profunda sobre esse documento. Disse que em primeiro lugar gostariam de perguntar se este documento se referia a um Inventário físico ou contabilístico. -----

----- A funcionária respondeu que o Inventário apresentado era contabilístico, dizendo que a verificação física iria ser feita em relação ao Inventário de 2015. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que esta pergunta foi colocada, pois tratando-se de um Inventário apenas contabilístico, podia dar-se o caso de alguns bens existirem no papel mas por alguma razão e já não existirem



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

fisicamente. Disse que esta era a primeira análise que gostariam de fazer pois tratando-se de um Inventário apenas contabilístico o mesmo não seria cem por cento fiável. Disse que este era um Inventário patrimonial, disse que quando se falava em investimentos que aparecem nas contas havia investimentos patrimoniais e havia aquilo a que se chamavam Investimentos que sendo do domínio público não acresciam nada ao património da Junta. Disse que gostava que ficasse claro que aquilo que os eleitos da CDU iriam em seguida analisar eram os Investimentos do Inventário Patrimonial. Disse que este Inventário Patrimonial apresentava um total de 1.091.642,00 €, disse que este era de fato um património bastante razoável para uma Junta de Freguesia. Disse que ao contrário daquilo que o senhor Presidente do Executivo afirmou, e afirma com alguma frequência quando diz que o que se tem Investido no seu mandato tem sido mais do que se tinha investido ao longo de todos os mandatos até ao seu, não era verdade dizendo que este Inventário Patrimonial demonstrava exatamente o contrário. Disse que em seguida iria procurar explicar a afirmação que fez. Disse que até finais de 2009 o património que a Junta tinha constituído era de 1.019.953,00 €. Disse que o Inventário do Património que tinha sido entregue até 31 de dezembro de 2014 era de 1.091.642,00 €, disse em seguida que o que estes números queriam dizer era que em cinco anos apenas cresceu o património da Junta em 74.972,00 €. Disse que o que se dizia que tinha sido feito em termos de património desde 2009 e tendo em conta o documento que se estava a analisar, na sua opinião, não seria verdade. Disse que poderia ainda analisar-se o documento de uma forma mais desenvolvida, dizendo que essa análise era importante para que se percebam as afirmações que tem vindo a ser feitas e os números que tem sido apresentados. Disse que em 2010 se tinha investido em bens patrimoniais 26.999,00 €, dizendo que esse valor incluía 12.400,00 € da aquisição do autocarro, disse que foi neste ano de 2010 que a Junta começou a receber as verbas da renda dos terrenos da fotovoltaica. Disse que para além da aquisição do autocarro, os restantes 14.599,00 € tinham sido aplicados essencialmente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

em compra de equipamentos informáticos e administrativos, Ar condicionado, extintores, 10 telemóveis, espelhos parabólicos e 78 sinais de trânsito. Disse que de tudo isso, fora do contexto informático e administrativo o maior montante que tinha sido aplicado era o de um aparelho de soldar que teria custado 449,00 €. Disse que em 2011 tinha sido investido patrimonialmente 7.023,00 €, dizendo que as principais aquisições patrimoniais que tinham sido feitas eram referentes a aquisição de pratos fundos e rasos, pratos de sobremesa, copos, garfos, colheres e facas, terrinas, tachos, conchas caçarolas e outros num total de setenta e três páginas de Inventário. Disse que mais à frente apareciam as escovas de aço, papeleiras e andaimes. Disse que os maiores investimentos deste ano tinham sido uma televisão, um DVD, uma máquina fotográfica e um sistema de alarme. Disse que em 2012 se tinha investido patrimonialmente 10.356,00 €, disse que os maiores investimentos feitos com este valor tinham sido a aquisição de uma máquina de soldar, seis sinais de trânsito, rebarbadora, gerador, estrutura inox para o antigo relógio, quatro bancos de madeira e ferro, seis bancos de ferro fundido, um martelo perfurador e moldes de arcos para cemitério. Disse que em 2013, ano de eleições, se tinham investido patrimonialmente 29.320,00 €, disse que os maiores investimentos tinham recaído sobre a aquisição de uma betoneira elétrica, acessórios para a casa mortuária, seis sinais de trânsito totalizando noventa, uma eletrobomba submersível, vinte e um apliques interiores e exteriores, cinco placas informativas, trinta e seis estrados domplex, seis jogos de lençóis, quatro colchões de molas, camas de casal, estrados de ripas e seis toalhões de banho. Disse ainda que foi neste ano de 2013 que se tinham construído os bancos e as mesas de betão no Baldio, as churrasqueiras que na sua opinião iriam ser usadas no Inverno, os baldes do lixo, sete suportes de papel higiénico, quatro suportes de toalhetes, quatro placas de boas vindas, uma antena TDT, aquecedores a óleo e recetores digitais TDT. Disse que em 2014 se tinha investido patrimonialmente 1.272,00 €, dizendo que o maior investimento feito tinha sido um armário guarda loiça em ferro no valor de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

525,00 €, disse que havia ainda uma rebarbadora, uma mangueira de jardim, quatro bancos de jardim em ferro e mais um banco em betão e uma mesa no parque. Disse que apresentada a análise dos dados os eleitos da CDU tinham algumas conclusões a tirar, disse que em primeiro lugar tinham verificado que os maiores investimentos tinham sido feitos nos anos 2010, dizendo que esse tinha sido o ano imediatamente a seguir às eleições e que tinha que se mostrar alguma dinâmica e depois no ano 2013, dizendo que era o ano das eleições. Disse que os eleitos da CDU tinham ainda concluído desta análise que este elenco político na gestão da Junta só tinha acrescentado ao valor patrimonial, em cinco anos, apenas 0,07 por cento do valor total do património da Junta. Disse que se fizessem a análise sobre a capacidade de endividamento da Junta baseada apenas naquilo que foi o património adquirido durante os últimos cinco anos de mandato, nenhuma instituição bancária faria qualquer empréstimo à Junta caso a mesma necessitasse de o fazer. Disse que entretanto tinham verificado que a Junta tinha um património acumulado até 2009 que tinha trazido ao atual executivo a capacidade de recolher receitas e referiu concretamente a Praça de Touros, o espaço cedido à Central Fotovoltaica, a Casa do Tronco, o Edifício da Delegação da Câmara de Moura em Amareleja, o Lote de Terreno para construção nas Cancelinhas, o edifício da Junta, dizendo que se este não fosse património próprio teria que ser arrendado. Disse que todos estes prédios eram património acumulado até 2009 que gerava receitas para o atual executivo. Referiu ainda a Casa Mortuária, as courelas, o Mercado Mensal dizendo que o mesmo já existia antes da Câmara proceder à requalificação do espaço de Vale de Juncos. Disse que os eleitos da CDU tinham ainda verificado que ao abrigo do antigo Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Moura e até à data em que o mesmo foi rescindido, deduzindo os valores respeitantes à comparticipação da cobrança da água, a Câmara tinha transferido para a Junta de Freguesia cerca de 220.000,00 € só para investimentos, dizendo que a Junta apenas tinha investido patrimonialmente cerca de 72.000,00 €. Disse que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

a Junta tinha ainda recebido cerca de 400.000,00 € das rendas da Central Fotovoltaica durante os cinco anos. Disse que da apreciação feita pelos eleitos da CDU relativamente a estes números, poderiam concluir que a Junta tinha gasto muito mas não tinha procurado aumentar o seu património. Disse que só aproveitando aquilo que recebeu das receitas da fotovoltaica e das verbas pagas pela Câmara para investimentos enquanto durou o protocolo, a recuperação da Fábrica poderia estar, ainda que de uma forma faseada, já numa fase bastante avançada. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que antes de passar a palavra ao Executivo gostaria de fazer uma pequena abordagem à análise apresentada pela senhora Maria da Conceição. Disse que a apreciação feita pela senhora Maria da Conceição demonstrava uma grande desonestidade intelectual, disse que a senhora Maria da Conceição estava a comparar o trabalho de um Executivo durante um mandato e metade de outro com o património acumulado por todos os executivos que passaram pela Junta desde 1974 até 2009. Disse que isso era comparar o incomparável. Disse que quando a senhora Maria da Conceição se referia à capacidade de endividamento, e no caso concreto à possibilidade de um empréstimo bancário era lógico que nenhum banco se iria basear na execução dos últimos quatro anos, mas sim sobre todo o património que existe. Disse que o património que existia não se devia só a um conjunto de executivos que passaram pela Junta mas também a um conjunto de pessoas que são os cidadãos da Amareleja e que contribuíram para esse património. Voltou a referir que a intervenção da senhora Maria da Conceição demonstrava desonestidade intelectual e que na sua opinião a senhora Maria da Conceição tinha tentado ludibriar que estava a assistir à Assembleia. Disse ainda no que respeita à inventariação das louças e acessórios de cozinha, que a senhora Maria da Conceição disse ocuparem cerca de setenta páginas do documento, que a mesma deve ter conhecimento que é de lei que todos os bens têm que ser inventariados individualmente, assim como devem também ser abatidos individualmente caso deixem de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

existir. Disse que se isso não era feito antes, com outros executivos que faziam parte do partido da senhora Maria da Conceição, então isso era falha desses executivos. -----

----- A senhora Maria da Conceição chamou a atenção para o fato de mais uma vez o senhor Presidente da Assembleia falar em partidos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que a intervenção da senhora Maria da Conceição tinha sido desonesta e que agora também teria que ouvir a sua defesa. Disse que se os executivos que tinham passado pela Junta não cumpriam com a Lei, o atual executivo cumpria, dizendo que era para isso que estavam na Junta. Disse que era a população e os conterrâneos da Amareleja que iriam fazer a apreciação final na altura das eleições. Disse que se o Inventário tinha sido feito com os pratos e tudo o mais, tinha sido muito bem feito, disse que se se tinham perdido setenta folhas ou mais não havia problema e se fosse necessário utilizavam-se aquelas que fosse preciso. Em relação aos sinais disse que era a mesma coisa, disse que quando havia necessidade de comprar sinais ou fazer sinais, tinham que ser adquiridos e tinha que vir também no Inventário. Disse que não percebia qual era a dúvida da senhora Maria da Conceição naquilo que tinha sido feito até agora. Disse que aquilo que a senhora Maria da Conceição deveria ter questionado era porque é que o património nunca tinha sido exemplificado e feito como deve de ser nos executivos que passaram pela Junta até ao atual Executivo tomar posse. Disse que a senhora Maria da Conceição ao invés de questionar isso tinha antes optado por fazer uma intervenção ao contrário, dizendo que este Executivo apenas tinha feito aquisições no valor de cerca de 70.000,00 €, como se o restante valor de cerca de 1.000.000,00 € não fizesse também parte do atual património da Junta de Freguesia. Disse que o atual executivo estava na Junta há apenas um mandato e meio e que os outros estiveram desde 1974 até 2009. Perguntou em seguida se não tivessem adquirido nada o que estariam a fazer na Junta de Freguesia. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que iria dar a voz ao senhor Presidente do Executivo. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha feito uma intervenção que lhe era dirigida e disse que o mesmo não tinha o direito de o fazer. Disse que quem estava a ser desonestamente intelectual era o senhor Presidente da mesa da Assembleia. Disse que a intervenção do senhor Presidente da Assembleia era uma intervenção do executivo e não da mesa da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu para a senhora Maria da Conceição intervir apenas quando lhe for dada a palavra. Seguidamente deu a palavra ao senhor Presidente do Executivo. -----

----- O senhor Presidente do Executivo começou por dizer que a senhora Maria da Conceição tinha todo o tempo do mundo para os números, dizendo que acha muito bem. Disse que no entanto a senhora Maria da Conceição deveria falar das contas com verdade. Falou nos pratos, disse que essa até tinha sido uma questão que tinha falado com a funcionária Cidália, dizendo que ele próprio questionou o fato dos bens terem que ser inventariados individualmente. Disse que a senhora Maria da Conceição tinha feito questão de referir isso dando a entender que esse é que teria sido o grande investimento da Junta, dizendo que o valor até era bastante irrisório. Disse, no que respeita às aquisições feitas para o Monte do Baldio, que a forma como a senhora Maria da Conceição abordou o assunto, até parecia que queria insinuar que ele próprio iria dormir para o Monte do Baldio, disse que isso não era verdade, dizendo que felizmente tinha uma casa e não precisava de dormir no Monte do Baldio. Disse que infelizmente na Amareleja nunca tinha havido uma política correta no sentido de investir em alojamento, dizendo que algumas pessoas até tentaram e foram impedidas de o fazer. Disse que acontecia muitas vezes ser necessário arranjar espaço para dormir para pessoas que vinham à Amareleja em trabalho, dizendo que nessas situações a Junta se socorria daquele espaço. Relativamente aos pratos e aos garfos disse que os



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

mesmos estavam disponíveis para qualquer Associação que os solicite e até para um grupo de cidadãos caso seja necessário, dizendo que isso era uma mais-valia para todos. Disse que a senhora Maria da Conceição tinha falado num valor de cerca de 70.000,00 € de investimentos, disse que isso obviamente não era verdade, disse que já tinha feito essa afirmação anteriormente, referindo-se à publicação feita pela senhora Maria da Conceição no Jornal A Planície. Disse que a mesma fazia também referência nesse artigo de jornal ao pagamento de 1.230,00 € do projeto da piscina, disse que não era esse o valor e que haveria de ser mais. Disse que ele próprio lhe teria recordado que a Câmara de Moura gastou 235.000,00 € num projeto para uma piscina da autoria do Souto Moura que não era para ser feito, dizendo que isso é que era importante ser dito. -----

----- A senhora Maria da Conceição perguntou ao senhor Presidente se era para continuar a dizer o que ela própria disse no artigo do Jornal ou se era para responder às questões do Inventário. -----

----- O senhor Presidente do Executivo pediu para não ser interrompido e disse que relativamente aos mais de 500.000,00 € de receitas provenientes da Central Fotovoltaica recebidos pela Junta desde 2010 que só com pessoal desde esse ano a Junta teria gasto mais de 1.250.000,00 €, disse que considerava que esse é que era o grande investimento feito pela Junta. Disse que atendendo à miséria que existe na Amareleja, mal seria se a Junta não fosse uma das entidades a dar trabalho às pessoas. Disse que esse valor se tinha gasto e que não estava a inventar nada pois estava exatamente nas contas. No que respeita ao restante disse que a senhora Maria da Conceição se teria esquecido de referir, ou provavelmente desconheceria, que a Casa do Touro quando este Executivo tomou posse estava emprestada a título gratuito e não servia minimamente os interesses da Amareleja, dizendo que admitia essas falhas pois a senhora Maria da Conceição só vinha à Amareleja há pouco tempo e apenas o fazia de vez em quando. Disse que essa casa tinha sido requalificada com toda a dignidade e se tinha criado um Posto de Turismo,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

que não tendo muita afluência, estava no entanto a fazer um ótimo trabalho até pela divulgação que era feita na página do Facebook. Disse que se tinha criado um posto de trabalho e que tinha sido feito um investimento, que mesmo não estando refletido no património tinha sido gasto. Disse que se tinham arranjado os poços públicos, os caminhos rurais, que se tinham feito obras na sede da Junta referindo-se à casa que serve de gabinete médico. Falou nas reparações feitas no estaleiro dizendo que quando se comprou o autocarro foi necessário fazer um portão novo, disse que também tinham sido feitas obras no cemitério, falou na horta comunitária e nas casas de banho públicas dizendo que estavam completamente derrotadas e que atualmente estavam requalificadas. Falou na aquisição de sinais de trânsito, dizendo que naturalmente ninguém teria levado nenhum sinal de trânsito para casa. Disse ainda que se tinha criado na Praça de Touros uma oficina, dizendo que também esse era um investimento importante pois hoje a Junta de Freguesia tinha um espaço onde se faziam portas portões e todo o tipo de reparações. Falou nas obras feitas na Praça de Touros dizendo que provavelmente a senhora Maria da Conceição nunca se teria dado ao trabalho de ir lá ver mas que neste momento tinha um dos melhores curros existentes no país. Disse que havia uma série de questões que tinham sido escamoteadas e que estava de acordo com o senhor Presidente da Assembleia quando referiu na sua intervenção que o discurso da senhora Maria da Conceição era perfeitamente desonesto. Disse que se a senhora Maria da Conceição pegasse num papel e numa caneta e fosse apontando os valores veria que os valores que referiu não eram corretos. Falou nas mesas e nos bancos de betão do Baldio e disse que com certeza ninguém os iria levar dali, disse que a senhora Maria da Conceição tinha todo o direito de não gostar do que estava feito no Baldio, mas que isso era um problema seu. Disse que estava lá o Parque Infantil, estavam lá as casas de banho públicas e que isso tudo tinha um valor imenso que se fosse contabilizado valeria mais do dobro dos valores que a Junta recebeu. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Maria da Conceição respondendo às intervenções feitas disse que em primeiro lugar queria afirmar de uma forma bastante incisiva que quem estava a ser intelectualmente desonesto era o próprio Presidente da Assembleia, dizendo que tinha feito questão de referir logo no início da sua intervenção que iria fazer uma análise do Inventário Patrimonial, disse que o senhor Presidente do Executivo na intervenção que acabava de fazer tinha também revelado a mesma desonestidade. Disse que tinha feito questão de explicar o que era um inventário patrimonial e que não tinha culpa se os senhores Presidentes não entendiam mais do que aquilo que julgam que percebem, dizendo que os mesmos nem sequer ouviam aquilo que os outros diziam. Disse que estava na Assembleia para aprender com toda a gente e que a atual sessão da Assembleia estaria a deixar muito a desejar, nomeadamente no que respeita à interpretação de leis e ao comportamento da própria Assembleia, dizendo que era um engano e que era desonesto. Disse que tinha referido com muita clareza que se por ventura o Executivo quisesse fazer um empréstimo, se qualquer instituição financeira fizesse a análise de capacidade de endividamento apenas e só sobre o mandato, efetivamente a capacidade de endividamento era negativa e nenhuma instituição emprestaria dinheiro, disse que tinha sido clara nas palavras que tinha utilizado. Disse que quem era desonesto intelectualmente era quem tinha interpretado da forma como interpretou o senhor Presidente da Assembleia. Disse que por outro lado, ela própria sabe e toda a gente deve saber que o património que é da Freguesia passa de mandato para mandato e continua a ser sempre da Freguesia, disse que na sua intervenção tinha feito questão de chamar a atenção para isso, referindo-se a uma análise que fosse circunscrita apenas aquele mandato e dizendo que se essa análise fosse feita seria uma análise negativa. Disse que quem era desonesto intelectualmente não seria ela própria, mas sim o senhor Presidente da Assembleia. Disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha sido também desonesto noutra coisa, dizendo que o mesmo tinha respondido à análise que os eleitos da CDU tinham feito sobre o Inventario como se fosse



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

ele próprio o Presidente do Executivo. Disse que um Presidente da mesa de uma Assembleia era uma pessoa que estava na posse de um cargo que para além de moderar os trabalhos tinha que passar a palavra. Disse que a análise feita era da gestão do Executivo e não sobre a gestão do senhor Presidente da Assembleia. Disse que o senhor Presidente da Assembleia sistematicamente impedia os eleitos da CDU de fazerem a análise da gestão e que o mesmo fazia isso desonestamente, adiantando-se e fazendo a sua própria apreciação como se estivesse a dizer aos outros “agora repitam aquilo que eu disse”. Disse em seguida que aquilo que acabava de dizer repetia-se também para o senhor Presidente da Junta dizendo que na sua opinião, o mesmo também não teria percebido a explicação que fez sobre o que era um Inventário Patrimonial, pois foi buscar as intervenções feitas nas ruas, as pessoas, os empregos e tudo isso, disse que aquilo que o senhor Presidente do executivo tinha falado não tinha nada a ver com o documento que se estava a analisar. Disse que o que estava na mesa era a análise do Inventário Patrimonial da Junta de Freguesia e que tudo o resto era “poeira para os olhos”. Disse que tinham acusado os eleitos da CDU de enganarem o público que estava a assistir mas que na sua opinião as intervenções feitas pelo senhor Presidente é que eram falácia para enganar quem estava a assistir. Disse que o senhor Presidente do executivo se tinha dado ao luxo de dizer, relativamente às mesas do Baldio, “a senhora não gosta”, disse que nunca se tinha pronunciado sobre isso e apenas tinha referido as mesas do Baldio porque estavam no Inventário. Disse que o mesmo se passou com os pratos, as facas e os garfos, dizendo que também só referiu esses bens porque faziam parte do Inventário. Disse que o senhor presidente teria dito que o valor desses bens era irrisório e acrescentou que o valor total do património adquirido nesse mesmo ano já por si, também era irrisório, disse que mesmo sendo irrisório era o que estava no Inventário, referindo novamente a lista de bens adquiridos no ano 2011 e dizendo que aquilo que referiu era apenas uma constatação do que estava no documento. –



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou à senhora Maria da Conceição se sabia que já tinham saído do ponto número três, respondendo ao fato de a mesma ter dito que ele próprio teria respondido pelo executivo e em relação à gestão do mesmo. Disse que não se estava a falar sobre a gestão do executivo, mas sobre a questão do património, dizendo que a discussão sobre a gestão do executivo já tinha sido discutida no ponto anterior. Disse que em relação à questão do património a senhora Maria da Conceição estava novamente a induzir as pessoas em erro. Disse que não havia nenhuma entidade bancária que vá fazer um empréstimo sobre a atividade desenvolvida num mandato de quatro anos, mas sim sobre a totalidade do património. Disse que o património é que era a base de sustentação de um empréstimo bancário, disse que a senhora Maria da Conceição estava a tentar ludibriar as pessoas. Disse que toda a gente sabia que quando se pretende contratar um empréstimo tem que se dar alguma coisa como garantia e que no caso da Junta de Freguesia, a garantia que ela tinha era o seu património total, e não a atividade que desenvolveu nos últimos quatro anos. Disse que mais uma vez gostaria de referir que não se estava a falar sobre a gestão do executivo mas sim sobre a questão do património, disse que todos tinham o direito de intervir sobre esta questão incluído ele próprio. Disse que esta apreciação do Inventário do património tinha que ser feita pela Assembleia de Freguesia e que por isso é que tinha feito a intervenção que fez anteriormente sobre esta questão. Dirigindo-se á senhora Maria da Conceição disse que parecia que a mesma estava um pouco deslocada, voltando a referir que a sua intervenção tinha sido sobre a questão do património. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que depois destas declarações tinha que concluir que o senhor Presidente da Assembleia para além da desonestidade intelectual demonstrava ignorância. Disse que tinha repetido já por duas vezes os termos a que se tinha referido quando falou na capacidade de endividamento dizendo que colocou a questão sempre como uma hipótese, disse que não fez afirmação nenhuma, dizendo que era isso que o senhor



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Presidente estava a querer colocar na sua boca. Disse que eram palavras do senhor Presidente da Assembleia e não suas, dizendo que isso demonstrava que o senhor Presidente da Assembleia tinha dificuldade em interpretar aquilo que os outros dizem. Disse que por outro lado quando referiu que o Inventário Patrimonial fazia parte da gestão do executivo, estava a referir-se obviamente ao documento que se estava a discutir no ponto diversos e não ao Relatório de Gestão do ponto número três. Disse que se tratava da gestão do património e que o senhor Presidente da Assembleia mais uma vez também aí tentou desvirtuar aquilo que ela própria tinha dito, dizendo que o fez de uma forma incoerente e mais uma vez também ali de uma forma desonesta utilizando as suas próprias palavras. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse relativamente ao Inventário que tal como o senhor Presidente da Assembleia referiu tinha que se catalogar todos os bens existentes, dizendo que também se tinha que dar baixa dos bens que já não estavam em uso da Junta. Disse que havia alguns bens registados que provavelmente já não se encontrariam em funcionamento, e deu o exemplo de um aquecedor de 1981, dizendo que não acreditava que o mesmo estivesse a funcionar, falou ainda num carro de mãos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se à senhora Nélia Marvão perguntou se a mesma estava a fazer perguntas ou suposições, dizendo que se se tratavam de suposições não ia permitir que continuasse. Disse ainda que se os bens estavam no Inventario era porque estavam a funcionar pois se não estivessem a funcionar já se teria dado baixa. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que estava a fazer perguntas e disse que se o Inventário tinha sido contabilístico e não físico era porque não se tinha verificado no local, daí as questões que pretendia colocar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que era de lei que todos os bens tinham que ser catalogados, assim como tinha que se dar baixa de todos os bens que deixassem de funcionar. Disse que assim sendo, ou a senhora Nélia tinha a certeza daquilo que ia dizer ou então não ia perguntar tudo aquilo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

que lhe apetecesse e lhe viesse à cabeça, dizendo que a Assembleia não era uma coisa de perguntas e respostas. -----

----- A senhora Nélia Marvão respondeu que realmente a Assembleia não era para se fazerem perguntas e dar respostas mas sim para se fazerem ofensas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que se houvesse dúvidas sobre o património material e se a bancada da CDU sentisse necessidade de ir aos locais verificar onde é que está esse património, então aí podiam em conjunto visitar esses locais para se verificar onde é que existe esse património. Ironizando disse em seguida que a Assembleia não servia para se fazerem suposições de onde é que está estava aquela colher ou aquele garfo ou se aquele prato já se tinha partido. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse mais uma vez que a Assembleia servia para se fazerem ofensas e ataques aos seus membros. Disse que gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente do Executivo pois tinha uma dúvida. Referiu que o senhor Presidente tinha dito que atendendo à miséria e à falta de emprego na freguesia tinha gasto em pessoal cerca de 1.250.000,00 €, disse que já que o senhor Presidente do Executivo era tão sensível a estas questões não percebia porque é que na Assembleia Municipal tinha votado contra a abertura de procedimentos para contratação de novos trabalhadores. Perguntou ainda porque é que o senhor Presidente do Executivo tinha votado contra a proposta de contratação de empréstimo apresentada pela Câmara na última Assembleia Municipal, que iria servir para a Câmara fazer investimentos no património do Concelho. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que estas questões já não tinham a ver com a questão do Inventário do Património que se estava a analisar, perguntou se esta questão já estava devidamente escalpelizada, e se já não havia mais questões a colocar para que pudesse passar para os pontos seguintes. Deu em seguida a palavra ao Presidente do Executivo para responder às questões que foram colocadas sobre o Inventário do Património. -



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente do Executivo disse que sobre o Património e sobre a questão levantada relativamente ao fato de o mesmo ser apenas contabilístico ou físico, disse que a funcionária Cidália conhecia bem o património da Junta de Freguesia pois para além de contactar diariamente com os papéis também contactava com os bens. Disse que embora tenha sido feito apenas o Inventário contabilístico se sabia onde estavam grande parte dos bens da Junta de Freguesia. Disse que poderiam passar algumas coisas que teriam que ser verificadas nos locais, mas que seriam muito poucas e acrescentou que a funcionária teria tido a colaboração do funcionário Domingos Alfaiate que era um funcionário que também estava a par do que existia na oficina, e no estaleiro da Junta e que também deu alguma ajuda na questão da valorização de alguns bens. Disse que quando tomou posse no primeiro mandato apenas existia um Inventário feito em 2003 e que depois tinha sido feito outro em 2010, já no seu mandato. Disse que este tinha sido um trabalho muito grande mas que tinha sido feito com o maior rigor possível. Disse que estava inteiramente disponível para acompanhar quem quisesse deslocar-se aos locais para verificar os bens. -----

----- Não havendo mais questões relativamente ao Inventário, foi o mesmo considerado apreciado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se concordavam em passar para a ratificação da adenda à Ata n.º 5, uma vez que também tinha sido decidido pela mesa que esta seria feita no ponto diversos. Perguntou se alguém queria intervir, não havendo intervenções colocou a adenda à Ata n.º 5 à votação. -----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR A PROPOSTA DE ADENDA À ATA N.º 5 RESPEITANTE À SESSÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2014 COM AS CONCLUSÕES DOS ELEITOS DA CDU RETIRADAS APÓS AUDIÇÃO DA GRAVAÇÃO.** -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se mais alguém tinha alguma questão para apresentar, perguntando à senhora Nélia se queria colocar as questões que tinha feito anteriormente e pedindo para que repetisse as mesmas. -----

----- A senhora Nélia Marvão voltou a fazer as perguntas anteriormente feitas começando por perguntar novamente ao senhor Presidente do Executivo porque é que tinha votado contra a proposta da Câmara apresentada na Assembleia Municipal para abertura de concursos com vista à contratação de novos trabalhadores, dizendo que na sua opinião a aprovação da proposta era importante pois iria contribuir para a criação de mais postos de trabalho. Perguntou em seguida porque é que o senhor Presidente do Executivo, também na anterior Assembleia Municipal tinha chumbado a aprovação de um empréstimo que tinha como objetivo o reforço do investimento feito em património no concelho. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que não tinha percebido as perguntas feitas pela senhora Nélia Marvão, perguntou quem é que tinha chumbado o quê. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que se referia ao fato de o senhor Presidente do Executivo ter votado contra as propostas apresentadas pela Câmara na Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou que propostas eram essas e disse que tinha que se perceber exatamente o que é que a senhora Nélia Marvão estava a perguntar pois estavam numa Assembleia. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que a questão que colocou era direcionada ao senhor Presidente do Executivo, disse que na sua opinião o mesmo já teria percebido quais eram as suas dúvidas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou novamente quais eram as questões que a senhora Nélia queria colocar dizendo que ainda não tinha percebido o que é que mesma queria perguntar. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Nélia Marvão disse que já tinha colocado as questões duas vezes e que quando o senhor Presidente do Executivo respondesse, logo perceberia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia voltou a dizer que não tinha percebido as questões colocadas e que a senhora Nélia tinha que dizer exatamente o que é que pretendia. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que o senhor Presidente do Executivo tinha votado contra uma proposta da Câmara de Moura apresentada na Assembleia Municipal para a provação de um empréstimo que iria servir para a Câmara investir em património, disse que gostava de saber porque é que o Presidente do Executivo tinha votado contra essa proposta. Perguntou onde é que estava a dúvida em relação à sua pergunta, dizendo que tinha sido bastante clara. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que essa era uma questão e perguntou qual era a outra. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que a outra questão que tinha colocado tinha a ver com a criação de postos de trabalho, dizendo que o senhor Presidente do Executivo também tinha chumbado na Assembleia Municipal uma proposta da Câmara para abertura de concursos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que já tinha percebido as questões da senhora Nélia. Depois de alguma troca de acusações e de discussão entre alguns elementos da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder à senhora Nélia Marvão. -----

----- O senhor Presidente do executivo disse, no que respeita às suas votações na Assembleia Municipal, que tinha votado contra a proposta da Câmara para abertura de concursos para admissão de pessoal por que tinha entendido que havia um excesso de pessoal em termos de propaganda e divulgação da parte da Câmara. Disse que também tinha sido esse o entendimento de outras bancadas, dizendo que em reunião de Câmara tinha sido proposto que diminuíssem um lugar na área da comunicação e divulgação



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

e que na altura a Câmara teria recusado essa proposta. Disse que entretanto a Câmara na última Assembleia já tinha levado essa mesma proposta com menos esse lugar e que a proposta já tinha sido aprovada. Disse que se verificassem o orçamento da Câmara poderiam constatar que a Câmara já gastava rios de dinheiro em propaganda e publicidade, dizendo que não se tratava de divulgar o concelho mas sim as ações da Câmara. No que respeita à proposta da Câmara para autorização do empréstimo disse que já no ano anterior tinha sido aprovado um empréstimo de 990.000,00 € para investimentos. Disse que nessa altura tinha votado a favor desse empréstimo pois um dos investimentos previstos seriam precisamente o arranjo de algumas ruas na Amareleja, disse que entretanto nada se tinha feito. Disse que agora a Câmara vinha propor a contratação de mais 1.085.000,00 € com os mesmos propósitos, disse que se estava a menos de dois meses do novo orçamento ser aprovado, disse que ao contrário da Junta que estava de boa saúde em termos financeiros, a Câmara não estaria assim tão bem como a Junta dizendo que devia à volta de 9.000.000,00 € e dizendo que queria continuar a endividar-se. Disse que os membros da Assembleia Municipal tinham que ter em consideração aquilo que era viável e o que não era viável. Disse que era seu entendimento que nada tinha sido feito na Amareleja com os 990.000,00 € aprovados no ano anterior e que era essa a razão pela qual tinha votado contra este novo empréstimo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão a colocar. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que gostaria de saber como é que estava a questão da iluminação do mercado de Vale de Juncos. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que esta questão já tinha sido afluada na última Assembleia e que tinha dito exatamente aquilo que tinha para dizer sobre essa questão. Disse que todo aquele espaço fazia parte de um prédio denominado Baldio, dizendo que não era só a parte destinada ao mercado mas também toda a parte ajardinada envolvente ao barranco. Disse



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

que antes das obras feitas pela Câmara o espaço do Mercado estava vedado, disse que durante a obra a vedação tinha sido vandalizada e que tinham partido tudo o que havia nas casas de banho, dizendo que isso tinha sido depois reparado. Disse que neste momento aquele espaço deixou de estar vedado e que era um espaço público e que no entendimento da Junta de Freguesia sendo um espaço público não tinha que ser a Junta de Freguesia a pagar a iluminação. Disse que aquele era um espaço público como outro qualquer dando o exemplo do jardim. Disse que havia uma intenção clara e inequívoca de asfixiar economicamente a Junta de Freguesia, dizendo que tinha dados para poder falar sobre essa matéria e dizendo que a Câmara devia à Junta 210.000,00 €. Em resposta direta à pergunta colocada pela Nélia disse que o espaço do Mercado de Vale de Juncos era um espaço aberto ao público, não era um espaço privado e sendo assim na opinião do Executivo não deveria ser a Junta de Freguesia a pagar essa energia. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que o espaço era propriedade da Junta.

----- O senhor Presidente do Executivo disse que sendo propriedade da Junta estava aberto ao público e que não era um espaço que servisse apenas os propósitos da Junta de Freguesia. Disse que era um espaço que deveria ter iluminação mas como espaço público. Disse que a Junta já tinha transmitido à Câmara exatamente o que pensava sobre essa matéria. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que assim sendo a Junta deveria entrar em acordo com a EDP. -----

----- O senhor Presidente do Executivo referiu a conversa tida com o Engenheiro Catarrunas, dizendo que o mesmo lhe tinha transmitido nessa conversa que aquele era um espaço público e que a iluminação do mesmo seria da responsabilidade da Câmara. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente Assembleia, António Branco Angelino, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e trinta cinco minutos. -----



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

----- A fim de produzir efeitos imediatos, foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta o texto da deliberação dos pontos: um a quatro da Ordem de Trabalhos. -----

----- Para constar e devidos efeitos foi por mim, Cidália Maria Rita Guerreiro, Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Amareleja, redigida a presente ata, sob a responsabilidade do 1.º Secretário Manuel Estevão Marques Martins, a qual vai ser presente a todos os membros com vista à sua aprovação e subscrição pela mesa da Assembleia. -----

PRESIDENTE: _____

1º. SECRETÁRIO: _____

2º. SECRETÁRIO: _____